

Universidade Federal Fluminense – UFF

Disciplina: Direito Financeiro e Tributário II

Professor: Rodrigo Lourega

Aluno(a): _____

AV2



Instruções – Prova Objetiva A:

- Este caderno contém 14 (quatorze) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 7,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.
- A duração da prova é de 1h30m (uma hora e trinta minutos).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Trata-se de prova sem consulta à legislação, ao material de apoio e aos colegas.
- Boa prova!

Quadro Definitivo de Respostas

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					

Questão 1 (Banca AMAUC – Prefeitura de Ipira – SC – Fiscal de Tributação - Adaptada). Embora o Código Tributário Nacional regule questões gerais relativas ao Direito Tributário, é certo que sua edição se deu em 1966, muito antes da criação da Constituição Federal de 1988, que tratou amplamente dos temas relacionados aos tributos. Considerando esse fato, é correto afirmar que:

A) O Código Tributário Nacional ostentava, em sua origem, a natureza de Lei Complementar, mas, atualmente, tem status de Lei Ordinária.

B) No que se refere às suas normas gerais, o Código Tributário Nacional foi recepcionado com status de Lei Complementar.

C) O Código Tributário Nacional, por servir de regulamentador da área tributária prevista na Constituição, tem natureza supralegal.

D) O Código Tributário Nacional, em que pese anterior à Constituição Federal, possui natureza de Lei Ordinária.

E) O Código Tributário Nacional possui natureza de Lei delegada recepcionada, ante a sua edição antes da Constituição Federal de 1988.

Questão 2 - Assinale a alternativa correta, considerando-se as disposições acerca das garantias e privilégios do crédito tributário.

A) As garantias do crédito tributário enumeradas pelo Código Tributário Nacional constituem rol taxativo.

B) O bem de família pode ser penhorado na hipótese de débitos de IPTU.

C) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

D) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, mesmo na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens suficientes ao total pagamento da dívida.

E) As isenções tributárias concedidas, sob condição onerosa, podem ser suprimidas por conveniência da Administração, tendo em vista o princípio da preponderância do interesse público, sem que o beneficiário faça jus a qualquer indenização.

Questão 3 (Ano: 2024 Banca: UniRV-GO- Procurador Jurídico). Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta, de acordo com o CTN:

A) A responsabilidade tributária pode ser estabelecida de forma expressa ou tácita.

B) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

C) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

D) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do seu pedido de parcelamento.

E) a lei não pode atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte.

Questão 4 (Ano: 2023 Banca: CPCON Órgão: Prefeitura de Dona Inês - PB - Auditor Fiscal de Tributos - Adaptada) Dentre as alternativas abaixo, marque apenas aquela que apresenta uma situação que pode viabilizar a emissão de uma Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN):

A) Inscrição do débito tributário na Dívida Ativa.

B) Ajuizamento de ação para a anulação de lançamento fiscal.

C) Parcelamento do crédito tributário.

D) Pagamento do crédito tributário.

E) Remissão do crédito tributário.

Questão 5 (Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimento - Adaptada) No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

A) Leis expressamente interpretativas têm aplicabilidade retroativa, ressalvada a hipótese de prescreverem penalidade por infração dos dispositivos interpretados.

B) Os conceitos utilizados pela Constituição da República para atribuir competência tributária podem ser alterados pelo legislador do ente Público que a titularizar, dada a sua autonomia tributária e financeira.

C) O Código Tributário Nacional admite a utilização da analogia para a aplicação das hipóteses de incidência tributária a fatos juridicamente semelhantes àqueles por elas previstos, com vistas à promoção da igualdade.

D) Lei que estabeleça multa tributária menos gravosa somente pode se aplicar a fatos futuros.

E) A técnica da integração da legislação tributária pode se concretizar pelo uso da analogia, da equidade e da interpretação sistemática.

Questão 6 (Ano: 2024 Banca: UNIVIDA Órgão: Prefeitura de Peabiru – PR – Agente Fiscal) Em consonância com o Código Tributário Nacional, é INCORRETO afirmar que é uma forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- A) Moratória.
- B) Depósito do montante integral.
- C) Pagamento.**
- D) Parcelamento.
- E) Concessão de Medida Liminar.

Questão 7 (Ano: 2023 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Pindamonhangaba - SP - Fiscal de Rendas - Adaptada) Caso a Fazenda Pública deixe de constituir o crédito tributário após cinco anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, ocorrerá a:

- A) prescrição.
- B) transação.
- C) decadência.**
- D) prescrição intercorrente.
- E) Perempção.

Questão 8 (Ano: 2023 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Pindamonhangaba - SP – Fiscal de Rendas) Tendo por base as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa em que estão presentes duas causas de extinção do crédito tributário:

- A) Moratória e reclamações e recursos no âmbito do processo administrativo tributário.
- B) Parcelamento e transação.
- C) Conversão do depósito em renda e parcelamento.
- D) Conversão do depósito em renda e compensação.**
- E) Moratória e parcelamento.

Questão 9 (Assembleia Legislativa/SP 2010 - FCC - Procurador - Adaptada) Em tema de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar:

A) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que a concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.

B) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

C) A isenção não pode, em qualquer caso, estar restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação ao princípio da igualdade tributária.

D) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

E) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.

Questão 10 (CESPE/JUIZ FEDERAL/TRF 2ª REGIÃO - 2009 - ADAPTADA) Assinale a opção correta no que concerne ao fato gerador da obrigação tributária)

A) A hipótese de incidência depende da origem lícita da renda auferida, máxime quando incidir sobre o lucro.

B) O prazo e o local de pagamento do tributo devem estar definidos em lei.

C) As obrigações principais e acessórias estão sujeitas ao princípio constitucional da legalidade estrita.

D) Em caso de guerra e calamidade pública, a lei tributária pode atingir "fatos geradores" ocorridos antes de sua publicação.

E) A obrigação do pagamento tributário decorre da adequação da situação fática (fato gerador) à previsão normativa abstrata instituidora do tributo, fenômeno denominado incidência tributária. As situações não previstas na norma abstrata correspondem à não incidência..

Questão 11 (Ano: 2024 - SELECON - Câmara de Rondonópolis - MT - Procurador Jurídico - Adaptada) Rodrigo Lourega pretende pagar determinado tributo municipal, porém a guia de pagamento contém a cobrança de outro imposto que não pretende pagar, mas discutir a sua legalidade. Nos termos do Código Tributário Nacional, a subordinação de recebimento de um tributo ao pagamento de outro tributo enseja que o contribuinte lance mão de.

- A) protesto judicial.
- B) reclamação fiscal.
- C) repetição de indébito.
- D) consignação em pagamento.**
- E) integralização.

Questão 12 (Banca Avança SP - 2024 - Prefeitura de Guarulhos - SP - Procurador(a) do Município) Dispõe o Código Tributário Nacional, expressamente, quanto ao pagamento, que:

- A) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- B) O pagamento parcial de um crédito importa em presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- C) A legislação tributária é proibida de conceder desconto pela antecipação do pagamento.
- D) O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.**
- E) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre sessenta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Questão 13 Considere as seguintes afirmações:

- I. O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- II. A lei aplica-se a ato pretérito não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- III. Nos termos do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) I
- B) II.
- C) III.**
- D) I e II.
- E) II e III.

Questão 14 (Ano: 2024 Banca: ADVISE - 2024 - Prefeitura de Sertãozinho - PB - Auxiliar de Contabilidade - Adaptada) Se uma pessoa jurídica não estiver regularmente constituída, mas constituir unidade econômica ou profissional:

- A) não terá capacidade tributária passiva.
- B) terá capacidade tributária passiva reduzida.
- C) terá capacidade tributária ativa e passiva.
- D) terá apenas capacidade tributária ativa especial.
- E) terá capacidade tributária passiva.**